

PROCURAÇÃO AD JUDICIA

OUTORGADO: BRUNO FUGA ADVOGADOS ASSOCIADOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.632.824/001-54, neste ato representada por seu sócio Bruno Augusto Sampaio Fuga, brasileiro, solteiro, inscrito na OAB/PR 48.250 e/ou **BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade sob o nº 42.202.329-2 e CPF nº 041.498.049-23, com escritório na Avenida Higienópolis, 1601, sala 1203, na cidade de Londrina/Pr., na condição de contratada.

OUTORGANTE:

Ricardo Sabino dos Santos, brasileiro, portador do RG 3374
357-6 e CPF 098.195.314-03, residente na cidade de
Maceió AL

FINALIDADE E PODERES: Propor toda e qualquer medida judicial e/ou extrajudicial a fim de receber o crédito em face dos casos encaminhados para este contratado, **ação para receber seguro e correção do DPVAT**. Requerer, desistir, assinar desistência, firmar acordos, receber e dar quitação, transigir, passar recibos, interpor todos os recursos legais para qualquer instância ou tribunal, dar queixa crime e acompanhar inquéritos policiais e sumários de culpa, solicitar documentos particulares, inclusive em instituição médicas e hospitalares, enfim praticar todos os poderes da cláusula "ad judicial", requerer tudo o que for necessário em qualquer repartição Pública, Federal, Municipal ou Estadual, autarquia ou Parastatal. Finalmente confere os poderes por mais especiais que sejam, para a execução deste mandato, inclusive aqueles que dependam de delegação especial e que aqui não estejam expressamente mencionados. Honorários: 30% sobre o valor recebido, quando recebido, se receber, sendo que os honorários de sucumbência pertencerão integralmente aos advogados.

Maceió 02 de outubro de 2015.

OUTORGANTE:

Ricardo Sabino dos Santos

SUBSTABELECIMENTO DE PROCURAÇÃO COM RESERVAS


SUBSTABELECENTE: BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade sob o n 42.202.329-2, inscrita CPF nº 041.498.049-23 e OAB/PR nº 48.250, com escritório na Avenida Higienópolis, 1601, sala 1203, na cidade de Londrina/Pr.

SUBSTABELECIDO/S: JULIANA TRAUTWEIN CHEDE, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade sob o n 8.208.575-0, inscrita CPF nº 050.410.019-01 e OAB/PR nº 52.880, com escritório na Avenida Higienópolis, 1601, sala 1203, na cidade de Londrina/Pr.


PODERES: COM Reservas, Acompanhar e praticar todos os atos necessários, inclusive, fazer carga e acompanhar processos nos juizados especiais cíveis, Varas Cíveis, Turma Recursal, Tribunal de Justiça e STJ. Praticar todos os poderes da cláusula "a judícia", especialmente requerer, variar, desistir, assinar, firmar acordos, receber e dar quitação, transigir, passar recibo, interpor os recursos legais para qualquer instância ou tribunal.

Requerimento: todas as **Publicações** em nome de **JULIANA TRAUTWEIN CHEDE**, sob pena de nulidade.

Londrina, quarta-feira, 4 de novembro de 2015
Substabelecente/s


BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA
OAB/PR 48.250




VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
REGISTRO GERAL 3374357-6	DATA DE EXPEDIÇÃO 22/07/2008
NOME: RICARDO SABINO DOS SANTOS	
FILIAÇÃO JOSÉ SABINO DOS SANTOS MARIA ANUNCIADA SABINO DOS SANTOS	
NATURALIDADE: MACEIÓ - AL	DATA DE NASCIMENTO 30/06/1987
DOC. ORIGEM CERTD NASC 68131 FLS 32 LIV A62	
MACEIÓ - AL	
1 VIA	 DEL. KELMANN VIEIRA DE OLIVEIRA DIRETOR DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL
P 303	
LEI Nº 7.116 DE 20/09/83	

RECUSAR

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão
OUT/2008


CORREIOS
www.correios.com.br

DECLARAÇÃO DE POBREZA

Ricardo Salino dos Santos, brasileiro, casado, portador
do RG nº 3374357-6 e CPF nº 098.195.314-03, residente e domiciliado
na Rua Taboão, nº 405, Bairro: Pontinho, no cidade de Maceió/AL.

Declaro para os devidos fins de direito, que não disponho de condições econômicas para fazer frente às despesas processuais referentes à propositura da presente ação judicial sem prejuízo do meu próprio sustento e o de minha família.

Diante disso, declaro fazer jus aos benefícios da Justiça Gratuita, nos Termos da Constituição Federal (art. 5º, inciso LXXXIV) e da Lei 1.060/50, estando ciente que qualquer afirmação com intuito de beneficiar-me dessa benesse sem de fato fazer jus, estarei incorrendo sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.

Maceió 02 de outubro de 2015.

Ricardo Salino dos Santos

Assinatura

você também está obrigado a usá-los, para prevenir acidentes e evitar as doenças profissionais.

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é eletricitista, não se meta a fazer serviços de eletricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las.

Atenda às recomendações dos Membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha.

Conversa e discussão no trabalho predispõem a acidentes pela desatenção.

Leia e reflita sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Pare a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

MT E

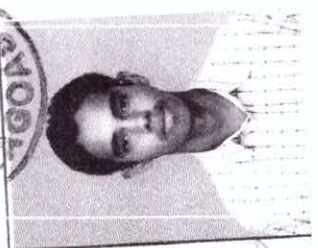
DR/IAL

NIPR

1900

001214 Série 00024-AL

Número



Juliana Trautwein Chede
ASSINATURA DO PORTADOR



QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Ricardo Salino dos Santos
 Loc. Nasc. Maricá Est. RJ Data 20.06.87.
 Filiação José Salino dos Santos
 Mãe Maria Guisaciado Salino
 Doc. Nº 68.131.402.32 Data 16.02.87.

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em / / Doc. Ident. Nº
 Exp. em / / Estado
 Obs.:
 Data Emissão 07.04.04 DRT
 Assinatura do Funcionário
 Assinatura do Funcionário

9

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE
 (Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome
 Doc.
 Nome
 Doc.
 Nome
 Doc.
 Est. Civil
 Doc.
 Est. Civil
 Doc.
 Nascimento
 Doc.

12

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador RESTAURANTE PARMA
LDA - ME.
 CNPJ/MF 08.832.561/0001-69
 Rua LUIZ CALAZANS Nº 41
 Município MARCO Est. AL
 Esp. do estabelecimento
 Cargo CUMIM
 Data admissão 01 de DEZEMBRO de 12 CBO nº
 Registro nº Fls./Ficha
 Remuneração especificada R\$ 637,00 MÊS
(SEISCENTOS E TRINTA E SETE REAIS)
 Ass. do empregador ou a rogo c/test. RESTAURANTE PARMA LDA - ME
 1º 2º
 Data saída de de
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1º 2º
 Com. Dispensa CD Nº

13

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador
 CNPJ/MF
 Rua Nº
 Município Est.
 Esp. do estabelecimento
 Cargo CBO nº
 Data admissão de de
 Registro nº Fls./Ficha
 Remuneração especificada
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1º 2º
 Data saída de de
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1º 2º
 Com. Dispensa CD Nº

COMPROVANTE DE RENDA

Picardo Sakina Lar Santos 33793-576
relata que trabalha em Restaurante e recebe
R\$ 1.000,00 por mês
maio 30/09/2015

Picardo Sakina Lar Santos

Ricardo Sabina Lar Santa
dehors du mare 2 409 Jacintinho macia AL

Ricardo Sabina Lar Santa 30/09/2015

ESTADO DE ALAGOAS		BOLETIM DE OCORRÊNCIA		NUMERO: 0052-H/13-0214		Pág. 1 / 1	
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL		DELEGACIA: Del. de Acidentes e Delitos de Trânsito - DADT					
POLICIA CIVIL		FONE: 33156424 DATA/HORA COMUNICADO: 29/11/2013 09:22					
DELEGACIA DESTINO: Del. de Acidentes e Delitos de Trânsito - DADT							
FATO	NATUREZA: LESÃO CORPORAL - ACIDENTE DE TRÂNSITO				INSTRUMENTO: Outros		
	DATA/HORA: 26/10/2013 01:00		LOCAL DO FATO: MANGABEIRAS Mangabeiras Maceio				
	DIA DA SEMANA 6 PONTO DE REFERÊNCIA: CLUBE DOS SARGENTOS						
COR 1 BRANCO 4 PARDO 2 PRETO 5 SARARA 3 AMARELO 6 ALBINO		ESTADO CIVIL 1 SOLTEIRO 4 SEPARADO 2 CASADO 5 AMASIADO 3 VIUVO		NACIONALIDADE 1 BRAS NATO 2 BRAS NATURALIZADO 3 ESTRANGEIRO		DIA DA SEMANA 1 SEG 4 QUI 7 DOM 2 TER 5 SEX 3 QUA 6 SAB	
						GRAU DE INSTRUÇÃO 1 ANALFABETO 4 NIVEL MEDIO 2 ALFABETIZADO 5 SUPERIOR 3 FUNDAMENTAL	
NOME / RAZÃO SOCIAL RICARDO SABINO DOS SANTOS				RG 3374357-6		SSP-AL	
FILIÇÃO JOSE SABINO DOS SANTOS				MARIA ANUNCIADA SABINO DOS SANTOS			
PROFISSÃO		DATA DE NASCIMENTO 30/06/1987		IDADE 26		COR	
UF AL		NACIONALIDADE 1		ESTADO CIVIL		SEXO M	
ENDEREÇO LOT. TABACUÃ		CIDADE Maceió		FONE 8288207869		TURISTA	
BAIRRO Jacintinho						Nº 405	
SE () PM () PF () PC () PRF () BM () GM ESPECIFICAR () EM SERVIÇO () FORA DE SERVIÇO () INATIVO							
AFINIDADE VITIMA -> AUTOR				OCORRÊNCIA RELACIONADA A Nº 0052-H/13-0110			
AUTOR: DESCONHECIDO							
HISTORICO	ESTEVE NESTA ESPECIALIZADA O SENHOR RICARDO INFORMANDO QUE FOI VITIMA DE UM ACIDENTE DE TRANSITO NO DIA, HORA E LOCAL ACIMA CITADO QUANDO SE ENCONTRAVA NA GARUPA DE UM VEICULO MOTO E UM OUTRO VEICULO AUTOMOVEL COLIDIU COM O MESMO E SE EVADIU DO LOCAL DO ACIDENTE, SENDO O MESMO SOCORRIDO POR UMA UNIDADE DE EMERGENCIA DO CORPO DE BOMBEIROS.						
NOTICIANTE:							
ELABORADO POR: José Alirio dos Santos				RG / MAT: 3014550			
AUTORIDADE: Antônio Carlos Azevedo Lessa				RG / MAT: 413879			
ESCRIVÃO AD-HOC: José Alirio dos Santos				RG / MAT: 3014550			



NOTIFICAÇÃO PREMONITÓRIA

Constituição em mora.

NOTIFICANTE: RICARDO SABINO DOS SANTOS, brasileiro, portador do RG sob nº. 3374357-6 SSP/AL, residente e domiciliado na cidade de Maceio/AL.

OBJETO: Processo administrativo do seguro DPVAT pela invalidez do próprio notificante Ricardo Sabino dos Santos.

NOTIFICADA: COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.170.191/0001-39, com sede na Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 1681– 4º, 5º, 6º e 7º andares – CEP 04571-011– São Paulo – SP.

Termos:

- 1: O Notificante ingressou com processo administrativo para recebimento do seguro DPVAT devido ao acidente de trânsito sofrido em 2013 que o deixou com invalidez permanente.
- 2: Tentou obter cópia do processo administrativo, documento este que não foi entregue após sua realização, porém a ligação telefônica para a notificada não surtiu efeito. Nestes termos, de forma solene e expressa, realiza a presente notificação para:
 - a) No prazo de **72 horas**, a contar do recebimento da notificação, colocar à disposição cópia do **processo administrativo em que a notificante foi beneficiária do seguro DPVAT**. Os processos administrativos deverão ser encaminhados para o e-mail ou endereço do escritório do patrono descrito no rodapé;
 - b) O não atendimento dos termos, ou o silêncio, implicará nas medidas judiciais e administrativas cabíveis;
 - c) Anexa à notificação que é encaminhada com carta aviso de recebimento, há cópia da procuração;

Atenciosamente;

Londrina, terça-feira, 20 de outubro de 2015.

Bruno Augusto Sampaio Fuga
OAB/PR 48.250

Companhia Mutual de Seguros

Av. Eng. Luis Berrini, 1681 - 4º,
5º, 6º e 7º andares
Cep: 04571-011
São Paulo/SP

AR MAC: 05

fls. 18

notificação premonitória:

Ricardo Sobina dos Santos

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

Francieli Sordi
RG: 44.138.392-0

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

23/10/15

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION



NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'EMPLOYÉ
Eduardo Jose Da Silva
Matr.: 8.906.891-2
Carteiro

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE MACEIÓ/AL.**

Autos nº. 0729722-82.2015.8.02.0001

RICARDO SABINO DOS SANTOS, já qualificado nos autos supra que intenta ação em face de **COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS**, igualmente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio de seu advogado, informar e requerer o que abaixo se segue:

I – RATIFICAÇÃO DO POLO PASSIVO

Tendo em vista que a **Seguradora Mutual Companhia Mutual de Seguros** encontra-se em processo de *Liquidação Extrajudicial*¹, requer a alteração do polo passivo para **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, com filial na Rua Senador Dantas, 74 – 5º. Andar – CEP 20.031-205 – Rio de Janeiro – RJ.

Destaca-se que não há prejuízo, pois em todos os casos, independente da Seguradora, quem sempre paga o seguro quando a discussão é Seguro DPVAT é justamente a Seguradora Líder, mesmo se ajuizada ação contra outra seguradora. Deste modo, para evitar maior tumulto processual e para evitar que o segurado do seguro DPVAT entre nesta discussão de *Liquidação Extrajudicial*, requer desde já a alteração do polo passivo.

¹ Comunicado: <http://www.mutualseguros.com.br/>

Ilógico seria a ré suportar a espera da liquidação, quando na verdade ele não receberia de possível patrimônio da Seguradora Mutual e sim do patrimônio da Seguradora Líder.

Verifica-se que a própria ré, em todos os processos de DPVAT onde o réu é uma das seguradoras consorciadas e não a Seguradora Líder, **alega que deve haver substituição processual do polo passivo**. Mesmo quando não há a substituição a ré apresenta a defesa como sendo a Seguradora Líder.

Verifica-se, por exemplo, a alegação comum da ré em suas peças processuais (autos: 0036178.65.2012.8.16.0014):

II | PRELIMINARMENTE

1 | Da necessidade de substituição do polo passivo

Cumpra informar que a Seguradora Líder Dos Consórcios Do Seguro DPVAT S/A, assumiu em 01/01/2008 a liderança dos consórcios de que tratam a Resolução nº 154/2006, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), conforme contido em seu art. 5º, §3º (1), bem como pelo que estabelece o art. 2º da Portaria SUSEP nº 2.797, de 04/12/2007 (2). Nesse contexto, as seguradoras consorciadas ao Seguro DPVAT passaram a ser acionistas da Seguradora Líder.

Diante da ausência de prejudicialidade e a centralização dos procedimentos administrativos perante a Seguradora Líder, imperioso que seja deferido o pedido de substituição processual formulado.

Assim, requer: **a)** a substituição do polo passivo nos termos do artigo 41 do Código de Processo Civil, pela SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A; **b)** seja alterada a autuação, bem como as anotações de distribuição e, **c)** prazo para a juntada dos instrumentos procuratórios e atos constitutivos para o regular processamento do feito.

Desde Janeiro de 2008 o seguro DPVAT, ou seja, toda e qualquer ação de seguro DPVAT (seja para obter documentos ou revisar indenizações) são administradas pela seguradora Líder. A fundamentação legal é descrita pela própria ré em suas peças processuais².

O tema é tratado, conforme já afirmado pela Seguradora Líder, por norma da Susep, vejamos:

² § 3º Cada um dos Consórcios terá como entidade líder uma seguradora especializada em seguro DPVAT, podendo a mesma seguradora ser a entidade líder dos dois Consórcios previstos no caput deste artigo.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Superintendência de Seguros Privados

PORTARIA SUSEP Nº 2.797, de 4 de dezembro de 2007.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria Nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 74 do Decreto-Lei Nº 73, de 21 de novembro de 1966, na Resolução CNSP Nº 154, de 8 de dezembro de 2006, e o que consta dos Processos SUSEP nºs 15414.004363/2007-12, 15414.004368/2007-37 e 15414.004602/2007-26,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder à SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., com sede social na cidade do Rio de Janeiro – RJ, autorização para operar com seguros de danos e de pessoas, especializada em seguro DPVAT, em todo o território nacional.

Art. 2º Ratificar que a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. exerce a função de entidade líder dos consórcios de que trata o art. 5º da Resolução CNSP Nº 154, de 8 de dezembro de 2006.

Art. 3º Homologar, na íntegra, as deliberações tomadas pelos acionistas e conselheiros da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., na Assembleia Geral de Constituição realizada em 10 de outubro de 2007 e nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 10 de outubro de 2007 e 21 de novembro de 2007.

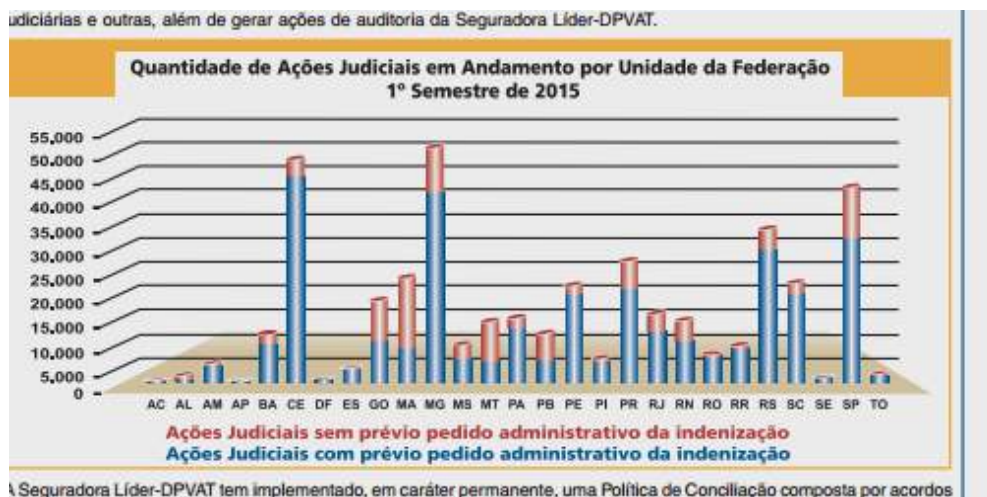
Art. 4º Ratificar que o capital social da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. é de R\$ 15.000.000,00, dividido em 15.000.000 de ações ordinárias, nominativas sem valor nominal.

Art. 5º A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. deverá realizar assembleia geral ratificadora da Assembleia Geral de Constituição realizada em 10 de outubro de 2007, para, no que concerne, atender ao previsto no art. 8º da Resolução CNSP Nº 136, de 7 de novembro de 2005.

Vejamos o site da Líder onde trata sobre as seguradoras consorciadas:



A própria seguradora Líder controla todas as ações judiciais quando envolve seguro DPVAT. Para demonstrar novamente este fato, segue tabela emitida pela Seguradora Líder disponível em seu site³:



Neste relatório há expressa movimentação financeira da instituição para reservar de ações judiciais. Ou seja, quem paga ação envolvendo seguro DPVAT é a Seguradora Líder, não o patrimônio das seguradoras consorciadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS CONSÓRCIOS					
As posições patrimoniais dos Consórcios, administrados pela Seguradora Líder-DPVAT, estão demonstradas como segue:					
	Em 30 de junho de 2015	Em 31 de dezembro de 2014		Em 30 de junho de 2015	Em 31 de dezembro de 2014
Ativo			Passivo		
Circulante	5.593.436	4.691.508	Circulante	5.571.412	4.671.301
Disponível (i)	933	10.385	Contas a pagar (i)	73.780	113.698
Ativos financeiros	5.568.937	4.657.706	Débitos com operações de seguros (i)	37.211	24.966
Títulos para cobertura provisão técnica	5.319.476	4.393.750	Depósitos de terceiros (i)	146.275	136.480
Aplicações em renda fixa	249.461	263.956	Provisões judiciais (i)	696	407
Títulos e créditos a receber (i)	23.140	23.238	Provisões técnicas (ii)	5.318.476	4.393.750
Despesas antecipadas (i)	426	179	Sinistros ocorridos mas não avisados	3.206.691	2.200.197
Não circulante	1.096	1.094	Sinistros a liquidar	2.043.070	2.140.904
			Outras provisões (PDA)	69.715	52.649

Desta forma, a Seguradora Mutual integrou inicialmente o polo passivo apenas por fazer parte desse rol de seguradoras do seguro DPVAT, não propriamente por ser uma ré. Por questão de direito, por expressa previsão legal em portarias e resoluções, em por ser questão incontroversa tendo em vista que a própria ré sempre manifesta pedindo a substituição para a Seguradora Líder, requer a alteração do polo passivo para **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, com filial na Rua Senador Dantas, 74 – 5º. Andar – CEP 20.031-205 – Rio de Janeiro – RJ.

³ <http://www.seguradoralider.com.br/SitePages/centroinf-demonstracoes-financeiras.aspx>

Por fim, **não há motivo de suspensão das ações pelas** razões já descritas, atendendo assim o *princípio da celeridade processual e economia*, pois suspender essas ações demandaria grande esforço do judiciário além de vultosa despesa por parte do judiciário.

PRECEDENTES.

O assunto é simples, tão simples que alguns juízes, de ofício, estão alterando o polo passivo da ação. Assim fez constar em despacho⁴:

Tendo em vista a parceria celebrada entre a Segunda Vice-Presidência do TJDF e a Seguradora Líder, determino a citação, pura e simples, da Seguradora Líder na pessoa e no endereço abaixo transcrito (...)

Assim também nos autos 2016.03.1.000087-3 da 3ª Vara Cível de **Ceilândia**: “Defiro o pedido de alteração do polo passivo, nos termos do art. 294, CPC (...)”

Assim também nos autos 2015.13.1.005377-5 da Vara Cível de Riacho Fundo, **DF**: “Defiro também a alteração do polo passivo. Promova a Secretaria, desde já, as anotações e comunicações de estilo”.

Assim também nos autos 1024214-13.2015.8.26.0196 da 4ª Vara Cível de **Franca/SP**: “**defiro o pedido de substituição do polo passivo para constar como ré a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT ...**”

Desta forma, por ser claro, e conforma afirmado por Vossa Excelência, deverá ocorrer de forma simples e pura, a citação da Seguradora Líder, ou seja, sempre e em qualquer momento processual, a alteração para a Seguradora Líder.

Requer ainda, que todas as intimações, art. 39 CPC, devem ser encaminhadas para Juliana Trautwein Chede, OAB/PR 52.880 e OAB/AL *aguardando sair numeração*, advogada devidamente constituída, endereço impresso do rodapé e recebe intimações pelo D.J. Para efeitos do disposto no artigo 9º, II, §2º da Lei 8.906/94, a advogada responsável pelo andamento processual é Juliana Trautwein Chede, com OAB devidamente registrada neste Estado e podendo possuir mais de 5 ações.

⁴ 2016.07.1.000073-5. 1ª Vara Cível **Taguatinga**.

Assim sendo, requer o prosseguimento do feito, nos termos acima mencionados, realizando a citação do Réu para apresentar contestação no prazo legal.

Pede deferimento
Londrina, terça-feira, 16 de fevereiro de 2016.

Juliana Trautwein Chede
OAB/PR 52.880

João Pedro Marini Moreira
Acadêmico de Direito





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE MACEIÓ/AL.**

Autos nº. 0729722-82.2015.8.02.0001

RICARDO SABINO DOS SANTOS, já qualificado nos autos supra que intenta ação em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, igualmente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência apresentar e requerer o que abaixo se segue.

Em consulta ao autor, o procurador que abaixo subscreve verificou que este processo encontra-se parado desde o mês de fevereiro de 2016.

Desta forma, a parte autora requer o normal prosseguimento do feito, tendo em vista que o processo encontra-se parado.

Pede deferimento
Londrina, quarta-feira, 7 de dezembro de 2016

Juliana Trautwein Chede
OAB/PR 52.880



Juízo de Direito - 3ª Vara Cível da Capital
Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes,
Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail:
vcivel3@tjal.jus.br

Autos nº: 0729722-82.2015.8.02.0001

Ação: Exibição

Autor: Ricardo Sabino dos Santos

Réu: Companhia Mutual de Seguros

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de uma **Ação de Exibição de Documentos com Pedido de Liminar** proposta por **Ricardo Sabino dos Santos**, devidamente qualificada e representada, em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT**, pelos fatos e fundamentos a seguir.

Aduz a autora que, em 26/10/2013 sofreu grave acidente de trânsito e atualmente apresenta quadro de invalidez permanente parcial. Assim, deu início a processo administrativo para receber o prêmio do seguro DPVAT perante a Ré. Para isso, durante o procedimento, juntou todos os documentos originais previstos em lei para receber o seguro.

Alega que, ao final do processo, sua documentação não foi retornada de modo que, tentou extrajudicialmente receber a cópia do processo administrativo, todavia, não obteve resposta da Ré.

Requer, assim, por entender presentes os requisitos, que seja determinada, como medida liminar, que o réu no prazo de 5 dias apresente cópia do processo administrativo de Seguro DPVAT do acidente de trânsito da parte autora, com cópia de todos os documentos do processo, além de data de entrada, data de pagamento e eventuais perícias médicas.

É o relatório, do essencial. Passo a decidir o pedido liminar.

1. Em conformidade com o novo Código de Processo Civil, dispõe o artigo 301, *litteris*:

Art. 301. A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada



Juízo de Direito - 3ª Vara Cível da Capital

**Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes,
Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail:**

vcivel3@tjal.jus.br

mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguuração do direito.

2. Nesse sentido cumpre esclarecer que a tutela de urgência de natureza cautelar deverá ser evocada quando estivermos diante de um risco plausível, que a tutela jurisdicional não possa efetivar, devendo assim, ser imediatamente promovida tais medidas de forma que garanta a execução ou antecipação os efeitos da decisão final.

3. Ademais, em conformidade com artigo 301 do CPC, por trata-se de uma medida cautelar devemos observar também os pressupostos do o artigo 305, vejamos:

Art. 305. A petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

4. Assim, para se chegar à conclusão do cabimento da medida cautelar ora pretendida, o Juiz deve ter como presente os requisitos de sua admissibilidade, sem se descurar, que, em caso de dúvida, a presunção de veracidade dos fatos alegados pela parte autora deve ser utilizada em seu favor, resultando, como consequência, na concessão pretendida.

5. No caso sob comento, de uma análise perfunctória dos elementos trazidos pelo requerente, é de se vislumbrar que o autor não cumpriu satisfatoriamente os requisitos necessários para deferimento da medida. Verifica-se que a parte autora, não trouxe aos autos nenhuma negativa da ré em apresentar a documentação pleiteada na exordial, confere-se apenas uma notificação feita à Companhia Mutual de Seguros, quando deveria ter sido notificada a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, sucessora daquela.

6. Assim, por não estar presente o requisito da probabilidade do direito, a medida cautelar não deve ser acolhida, pelo menos até o presente momento. Assim decidiu a jurisprudência nacional:



Juízo de Direito - 3ª Vara Cível da Capital

Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes,

Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail:

vcivel3@tjal.jus.br

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO REJEITADA - AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - LIMINAR - EXCEPCIONALIDADE - NÃO DEMONSTRAÇÃO DO PERICULUM IN MORA E DO FUMUS BONI IURIS - NÃO CABIMENTO. Conquanto tenha a parte agravada informado o descumprimento do art. 526 do CPC, esta não se desincumbiu do ônus de provar tal alegação. A liminar em sede de Ação Cautelar se apresenta possível de maneira excepcionalíssima, desde que comprovados o fumus boni iuris e o periculum in mora, o que não ocorre no caso dos autos.

(TJ-MG - AI: 10223140166909001 MG, Relator: Arnaldo Maciel, Data de Julgamento: 28/07/2015, Câmaras Cíveis / 18ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 30/07/2015) (grifo nosso)

7. Diante do exposto, denota-se, então, a impossibilidade da concreção da medida requestada, por não preencher, o caso em questão, os requisitos obrigatórios e exigidos no art. 305 do Código de Processo Civil vigente, pelo que **INDEFIRO** o pedido de tutela antecipada.
8. Por fim, consoante documento de fls. 10/14, **DEFIRO** o benefício da justiça gratuita, com fulcro no art. 1º, da lei n. 1060/50 e no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal Brasileira.
9. Outrossim, Defiro o requerido às fls. 19/24 e determino a substituição do polo passivo da presente demanda para constar como ré a **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT**.
10. Ademais, cite-se o réu para comparecer à Audiência de Conciliação, a qual se realizará na sala de audiência da 3ª Vara Cível da Capital, cuja data será devidamente pautada pela Escrivania, lembrando que estejam presentes, nesta oportunidade, as partes ou representantes destas que estejam aptos a proceder com um possível acordo.



Juízo de Direito - 3ª Vara Cível da Capital
Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes,
Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail:
vcivel3@tjal.jus.br

11. Notifique-se, autor e réu, que caso não compareçam injustificadamente à audiência de conciliação, será considerado ato atentatório a dignidade da justiça, com imposição de multa conforme determina os art. 334 do Código de Processo Civil.

12. Por fim, em caso de não houver autocomposição ou não comparecimento da parte ré, fica o réu citado, para querendo, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, da data da audiência de conciliação.

13. Cumpra-se e dê-se ciência.

Maceió , 24 de abril de 2017.

Henrique Gomes de Barros Teixeira
Juiz de Direito

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0159/2017, foi disponibilizado na página 10/15 do Diário da Justiça Eletrônico em 18/05/2017. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 22/05/2017, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Juliana Trautwein Chede (OAB 52880/PR)	5	26/05/2017

Teor do ato: "7. Diante do exposto, denota-se, então, a impossibilidade da concreção da medida requestada, por não preencher, o caso em questão, os requisitos obrigatórios e exigidos no art. 305 do Código de Processo Civil vigente, pelo que INDEFIRO o pedido de tutela antecipada.8. Por fim, consoante documento de fls. 10/14, DEFIRO o benefício da justiça gratuita, com fulcro no art. 1º, da lei n. 1060/50 e no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal Brasileira. 9. Outrossim, Defiro o requerido às fls. 19/24 e determino a substituição do polo passivo da presente demanda para constar como ré a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.10.Ademais, cite-se o réu para comparecer à Audiência de Conciliação, a qual se realizará na sala de audiência da 3ª Vara Cível da Capital, cuja data será devidamente pautada pela Escrivania, lembrando que estejam presentes, nesta oportunidade, as partes ou representantes destas que estejam aptos a proceder com um possível acordo.11.Notifique-se, autor e réu, que caso não compareçam injustificadamente à audiência de conciliação, será considerado ato atentatório a dignidade da justiça, com imposição de multa conforme determina os art. 334 do Código de Processo Civil.12.Por fim, em caso de não houver autocomposição ou não comparecimento da parte ré, fica o réu citado, para querendo, oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, da data da audiência de conciliação.13. Cumpra-se e dê-se ciência.Maceió , 24 de abril de 2017.Henrique Gomes de Barros Teixeira Juiz de Direito"

Do que dou fé.
Maceió, 18 de maio de 2017.

Escrivã(o) Judicial

**Juízo de Direito 3ª Vara Cível da Capital**

Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail: vcivel3@tjal.jus.br

Autos nº 0729722-82.2015.8.02.0001

Ação: Exibição

Autor: Ricardo Sabino dos Santos

Réu: Companhia Mutual de Seguros

CERTIDÃO DE DECURSO DE PRAZO

CERTIFICO que decorreu o prazo legal, sem que a Decisão proferida nos presentes autos, sofresse recurso. O referido é verdade, do que dou fé.

Maceió, 19 de julho de 2017.

Ricardo Jorge Duarte de Mendonça
Analista Judiciário

OBSERVAÇÃO: A presente certidão é emitida obedecendo o que dispõe o art. 1º, § 8º, da resolução nº 14/2007 (Sistema de Protocolo Postal), do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.

**Juízo de Direito 3ª Vara Cível da Capital**

Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail: vcivel3@tjal.jus.br

Autos nº 0729722-82.2015.8.02.0001

Ação: Exibição

Autor: Ricardo Sabino dos Santos

Réu: Companhia Mutual de Seguros

CERTIDÃO DE DECURSO DE PRAZO

CERTIFICO que decorreu o prazo legal, sem que a Decisão proferida nos presentes autos, sofresse recurso. O referido é verdade, do que dou fé.

Maceió, 28 de julho de 2017.

Ricardo Jorge Duarte de Mendonça
Analista Judiciário

OBSERVAÇÃO: A presente certidão é emitida obedecendo o que dispõe o art. 1º, § 8º, da resolução nº 14/2007 (Sistema de Protocolo Postal), do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas.



Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Capital
Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900,
Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail: vcivel3@tjal.jus.br

Autos nº 0729722-82.2015.8.02.0001

Ação: Exibição

Autor: Ricardo Sabino dos Santos

Réu: Companhia Mutual de Seguros

DESPACHO - VISTO EM CORREIÇÃO - 2017
Provimento Nº 27/2017

1. () PROCESSO EM ORDEM, NADA A PROVER.
2. À CONCLUSÃO PARA:
 - 2.1. () DESPACHO
 - 2.2. (x) **DECISÃO**
 - 2.3. () SENTENÇA
3. COBRE-SE:
 - 3.1. () A DEVOLUÇÃO DE PRECATÓRIA
 - 3.2. () A DEVOLUÇÃO DE MANDADO
4. () CUMpra-SE O DESPACHO DE FLS.
5. () REITERE-SE O DESPACHO DE FLS.
6. () MANTENHA-SE O FEITO SOBRESTADO.
7. () ARQUIVE-SE, APÓS BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO.
8. () AUTUE-SE.
9. REMETA-SE
 - 9.1. () AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
 - 9.2. () À CONTADORIA
 - 9.3. () À DISTRIBUIÇÃO
10. () EXPEÇA-SE CERTIDÃO AO FUNJURIS
11. COLOQUE-SE NA PAUTA DE AUDIÊNCIA:
 - 11.1. () CONCILIAÇÃO
 - 11.2. () INSTRUÇÃO
 - 11.3. () OUTRA
12. ABRA-SE VISTA AO ADVOGADO:
 - 12.1. () DO AUTOR
 - 12.2. () DO RÉU
 - 12.3. () DAS PARTES
13. () ABRA-SE VISTA AO DEFENSOR PÚBLICO
14. () ABRA-SE VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO
15. () JUNTE-SE PETIÇÃO
16. () CUMpra-SE O ATO PROCESSUAL DETERMINADO
17. () REITERE-SE OFÍCIO
18. EXPEÇA-SE:
 - 18.1. () ATO ORDINATÓRIO
 - 18.2. () EDITAL
 - 18.3. () PRECATÓRIA
 - 18.4. () OFÍCIO
 - 18.5. () MANDADO
 - 18.6. () CARTA
 - 18.7. () ALVARÁ
19. PUBLIQUE-SE:
 - 19.1. () ATO ORDINATÓRIO
 - 19.2. () DESPACHO
 - 19.3. () DECISÃO
 - 19.4. () SENTENÇA
20. () CERTIFIQUE-SE O DECURSO DO PRAZO
21. () DEVOLVA-SE CARTA PRECATÓRIA
22. () RETORNEM OS AUTOS AO ARQUIVO
23. () AGUARDE-SE O PRAZO DE SUSPENSÃO
24. () OUTROS:

Maceió(AL), 21 de novembro de 2017.

Henrique Gomes de Barros Teixeira
 Juiz de Direito



**Juízo de Direito - CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E
CIDADANIA-CJUS/PROCESSUAL**
**Av. Presidente Roosevelt, 206, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: (82) 4009-3707,
Maceió-AL - E-mail: centralconciliacao@tjal.jus.br**

Autos nº: 0729722-82.2015.8.02.0001

Ação: Exibição

Autor: Ricardo Sabino dos Santos

Réu: Companhia Mutual de Seguros

ATO ORDINATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no artigo 2.º, XLIV, do Provimento n.º 13/2009, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas e, tendo sido pautada audiência de Conciliação, para o dia 10 de setembro de 2018, às 14 horas, no CJUS PROCESSUAL, situada no Fórum desta Comarca, sito Avenida Jucá Sampaio, 206, 3º piso, sala 301, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro. Intimações necessárias. A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. a seguir, passo a expedir os atos necessários à realização da mesma.

Maceió, 04 de julho de 2018

Ana Paula Araújo Rodrigues
Analista Judiciária

CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0142/2018, encaminhada para publicação.

Advogado
Juliana Trautwein Chede (OAB 52880/PR)

Forma
D.J

Teor do ato: "Autos nº: 0729722-82.2015.8.02.0001 Ação: Exibição Autor: Ricardo Sabino dos Santos Réu: Companhia Mutual de Seguros ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento ao disposto no artigo 2.º, XLIV, do Provimento n.º 13/2009, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas e, tendo sido pautada audiência de Conciliação, para o dia 10 de setembro de 2018, às 14 horas, no CJUS PROCESSUAL, situada no Fórum desta Comarca, sito Avenida Jucá Sampaio, 206, 3º piso, sala 301, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro. Intimações necessárias. A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. a seguir, passo a expedir os atos necessários à realização da mesma. Maceió, 04 de julho de 2018 Ana Paula Araújo Rodrigues Analista Judiciária"

Maceió, 4 de julho de 2018.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0142/2018, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 05/07/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 09/07/2018, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Juliana Trautwein Chede (OAB 52880/PR)	5	13/07/2018

Teor do ato: "Autos nº: 0729722-82.2015.8.02.0001 Ação: Exibição Autor: Ricardo Sabino dos Santos Réu: Companhia Mutual de Seguros ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento ao disposto no artigo 2.º, XLIV, do Provimento n.º 13/2009, da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Alagoas e, tendo sido pautada audiência de Conciliação, para o dia 10 de setembro de 2018, às 14 horas, no CJUS PROCESSUAL, situada no Fórum desta Comarca, sito Avenida Jucá Sampaio, 206, 3º piso, sala 301, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro. Intimações necessárias. A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. a seguir, passo a expedir os atos necessários à realização da mesma. Maceió, 04 de julho de 2018 Ana Paula Araújo Rodrigues Analista Judiciária"

Maceió, 5 de julho de 2018.



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS
ESTADO DE ALAGOAS
PODER JUDICIÁRIO

Juízo de Direito da CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA-CJUS/PROCESSUAL
Av. Presidente Roosevelt, 206, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: (82) 4009-3707, Maceió-AL - E-mail: centralconciliacao@tjal.jus.br

CARTA DE CITAÇÃO/ INTIMAÇÃO

Processo Digital nº: **0729722-82.2015.8.02.0001**
Classe – Assunto: **Exibição - Liminar**
Autor: **Ricardo Sabino dos Santos**
Réu: **Companhia Mutual de Seguros**
Data da Audiência: **10/09/2018 às 14:00h - Sala Sala de Audiência - 03**

Destinatário:

Companhia Mutual de Seguros

Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 1681, 4º, 5º e 6º Andares, Brooklin Novo
São Paulo-SP
CEP 04571-011

Senha do Processo : Senha de acesso da pessoa selecionada

Pela presente, comunico que perante este Juízo tramita a ação em epígrafe, da qual fica Vossa Senhoria **CITADO(A)/INTIMADO** de todo o conteúdo da petição inicial e da decisão, bem como **INTIMADA(O)** a comparecer à **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**, acima mencionada, munido de documento de identidade, nos termos do art. 18, incs. I e II, e no art. 19, *caput*, ambos da Lei nº 9.099/1995, ficando, ainda, ciente de que o recibo que acompanha esta carta valerá como comprovante que esta citação se efetivou.

PRAZO: O prazo para oferecer resposta aos termos da petição inicial, a qual deverá ser apresentada por petição, é de 15 (quinze) dias (art. 235 do CPC), contados da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição, ou, ainda, do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual.

ADVERTÊNCIAS:

01) Não sendo oferecida contestação no prazo marcado, o réu será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do CPC);

02) As partes deverão estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos na audiência a ser designada.

03) O não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e poderá ensejar aplicação da multa, prevista no § 8.º do art. 334 do CPC, no importe de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa;

04) O pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu deverá ser feito, por petição, até 10 (dez) dias de antecedência da audiência designada.

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo poderá ser visualizada mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de Alagoas, na internet, no endereço www.tjal.jus.br, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006). Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

Maceió, 12 de julho de 2018. Ana Paula Araújo Rodrigues - Analista Judiciária.



**AVISO DE
RECEBIMENTO**

Digital

18/07/2018
LOTE: 483

fls. 38

DESTINATÁRIO

Companhia Mutual de Seguros

Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 1691 - 4º andar - Brooklin Novo

São Paulo, SP

04571-011

AR900693417VU



ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR

Centralizador Regional

PARA USO EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

ASSINATURA DO RECEBEDOR

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª / / h
2ª / / h
3ª / / h

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

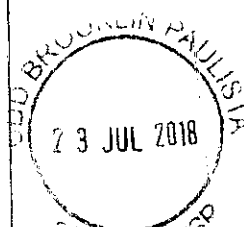
- ☒ 1 Mudou-se
☐ 2 Endereço insuficiente
☐ 3 Não existe o número
☐ 4 Desconhecido
☐ 5 Recusado
☐ 6 Não procurado
☐ 7 Ausente
☐ 8 Falecido
☐ 9 Outros

Ext: Juliane Felix



ATENÇÃO
Posta restante de
20 (vinte) dias
corridos.

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA



RUBRICA E MATRÍCULA DO CARTÃO

Anderson da Silva
Carteiro
Matrícula: 89051939

DATA DE ENTREGA

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE MACEIÓ/AL**

Autos nº. 0729722-82.2015.8.02.0001.

RICARDO SABINO DOS SANTOS, já qualificado nos autos supra, que intenta ação em face de **COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS S/A**, igualmente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio de sua advogada, apresentar e requerer o que abaixo se segue:

Nos termos do art. 319, VII do CPC/2015, a parte autora informa que **não tem interesse na audiência de conciliação**, uma vez que, tendo em vista que a presente lide trata-se de uma ação de **produção antecipada de provas**, torna-se totalmente dispensável tal procedimento.

Pede deferimento
Londrina, quinta-feira, 09 de agosto de 2018.

Juliana Trautwein Chede
(Resp. Est.)
OAB/AL 15.988 A

Bruno Augusto Sampaio Fuga
(Resp)
OAB/PR 48.250

Julia Castilho Sepulveda
(Elab)
Acadêmica de Direito

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE MACEIÓ/AL**

Autos nº. 0729722-82.2015.8.02.0001.

RICARDO SABINO DOS SANTOS, já qualificado nos autos supra, que intenta ação em face de **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**, igualmente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio de seu advogado, apresentar e requerer o que abaixo se segue:

A parte autora informa que **não comparecerá na audiência de conciliação**, uma vez que, tendo em vista que a presente lide trata-se de uma ação de produção antecipada de provas, torna-se totalmente dispensável tal procedimento.

Pede deferimento

Londrina, sexta-feira, 31 de agosto de 2018.

Aniele Pissinati

(Resp.)

OAB/PR 86.125

Juliana Trautwein Chede

(Resp. Est.)

OAB/AL 15.988 A

Julia Castilho Sepulveda

(Elab)

Acadêmica de Direito



**Juízo de Direito - CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E
CIDADANIA-CJUS/PROCESSUAL**
**Av. Presidente Roosevelt, 206, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: (82) 4009-3707,
Maceió-AL - E-mail: centralconciliacao@tjal.jus.br**

Autos nº: 0729722-82.2015.8.02.0001

Ação: Exibição

Autor: Ricardo Sabino dos Santos

Réu: Companhia Mutual de Seguros

TERMO DE ASSENTADA

Aos 10 de setembro de 2018, às 14:16, no CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA-CJUS/PROCESSUAL, desta Comarca de Maceió, no Fórum, presença de Sua Excelência o Juiz José Miranda Santos Junior, a Conciliadora Jayane Maria Feijó França. Foram apregoadas as partes, ambas ausentes. Aberta a audiência, compulsando-se os autos, verificou-se que a parte autora manifestou desinteresse na presente audiência, conforme consta em fl. 39/40 dos autos. Verificou-se ainda que não houve a citação/intimação da parte demandada, conforme consta em Aviso de Recebimento de fl. 38 dos autos. **Diante do exposto, remetam-se os autos à Vara de Origem, para que sejam tomadas as medidas legais cabíveis.** Lido este termo, cientes e acordes os presentes e não havendo mais a constar, seguem assinaturas.

Maceió, 10 de setembro de 2018

MM. Juiz:

Demandante: AUSENTE

Demandado (a): AUSENTE

Conciliadora:



Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Capital
Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes,
Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail:
vcivel3@tjal.jus.br

Autos nº 0729722-82.2015.8.02.0001

Ação: Exibição

Autor: Ricardo Sabino dos Santos

Réu: Companhia Mutual de Seguros

DESPACHO

1. Intime-se a parte autora, no prazo de 05 (cinco) dias, para se manifestar acerca do AR de fls. 38.
2. Cumpra-se.

Maceió(AL), 17 de janeiro de 2019.

Henrique Gomes de Barros Teixeira
Juiz de Direito

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo, constante da relação nº 0079/2019, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 08/02/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 12/02/2019, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Juliana Trautwein Chede (OAB 52880/PR)	5	18/02/2019

Teor do ato: "DESPACHO 1. Intime-se a parte autora, no prazo de 05 (cinco) dias, para se manifestar acerca do AR de fls. 38. 2. Cumpra-se. Maceió(AL), 17 de janeiro de 2019. Henrique Gomes de Barros Teixeira Juiz de Direito"

Maceió, 8 de fevereiro de 2019.

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª
VARA CÍVEL DA COMARCA DE MACEIO/AL**

Autos nº. 0729722-82.2015.8.02.0001

RICARDO SABINO DOS SANTOS, parte já qualificada nos autos supra, que intenta ação em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, igualmente qualificada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por meio de seu advogado, apresentar e requerer o que abaixo se segue:

Em atenção ao despacho r. e diante do retorno negativo do documento, a parte autora reitera a ratificação do polo passivo, requerido em fls. 19 a 24 e deferido na decisão interlocutória de fls. 26 a 29.

Dessa forma, **requer a imediata citação do réu** para o endereço que consta em fls. 19.

Pede deferimento
Londrina, sexta-feira, 15 de fevereiro de 2019.

Juliana Trautwein Chedeb
(Resp. Est.)
OAB/AL 15.988 A

Aniele Pissinati
(Resp. Rev.)
OAB/PR 86.125

Rayla Picoloto Busnello
(Elab.)
Acadêmica de Direito



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS
ESTADO DE ALAGOAS
PODER JUDICIÁRIO

Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Capital

Av. Presidente Roosevelt, 206, Fórum Desembargador Jairon Maia Fernandes, Barro Duro - CEP 57045-900, Fone: 3218-3509, Maceió-AL - E-mail: vcivel3@tjal.jus.br

CARTA DE CITAÇÃO

Processo Digital nº: 0729722-82.2015.8.02.0001
Classe – Assunto: **Exibição - Liminar**
Autor: Ricardo Sabino dos Santos
Réu: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

Destinatário:

Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro

Rio de Janeiro-RJ

CEP 20031-205

Fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para oferecer resposta no prazo e com as advertências abaixo assinaladas.

PRAZO: O prazo para oferecer resposta aos termos da petição inicial, a qual deverá ser apresentada por petição, é de 15 (quinze) dias (art. 335 do CPC).

ADVERTÊNCIAS:

01) Não sendo oferecida contestação no prazo marcado, o réu será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do CPC).

OBSERVAÇÃO: Este processo tramita eletronicamente. A íntegra do processo poderá ser visualizada mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça de Alagoas, na internet, no endereço www.tjal.jus.br, sendo considerado vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº11.419/2006). Petições, procurações, contestação etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

Maceió, 09 de outubro de 2019. Sandra Buarque Nunes de Lima - Analista



AVISO DE
RECEBIMENTO

Digital

14/10/2019
LOTE: 2426

DESTINATÁRIO

Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro

Rio de Janeiro, RJ

20031-205

AR072712297VU



TENTATIVAS DE ENTREGA

1ª ____/____/____ ____:____ h

2ª ____/____/____ ____:____ h

3ª ____/____/____ ____:____ h



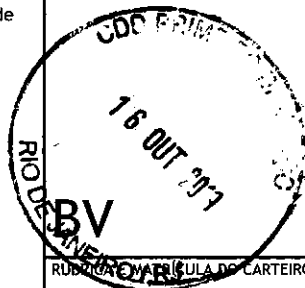
ATENÇÃO:
Posta restante de
20 (vinte) dias
corridos.

MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO

- ☐ 1 Mudou-se
☐ 2 Endereço insuficiente
☐ 3 Não existe o número
☐ 4 Endereço incorreto
☐ 9 Outros _____

- ☐ 5 Recusado
☐ 6 Não procurado
☐ 7 Ausente
☐ 8 Falecido

CARIMBO
UNIDADE DE ENTREGA



RUBRICAR E MATRICULAR O CARTEIRO

Daniel L. Ramos
Mat. 8.952.072-6

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
Endereço Regional

EXCLUSIVO DO REMETENTE (OPCIONAL)

RECEBEDOR

RECEBEDOR

SEGURADORA LIDER
16 OUT 2019
VERONICA FELIX CONSTANT
RG: 10.602.355-9 Detran

DATA DE ENTREGA

Nº DOCUMENTO DE IDENTIDADE